



Capa do livro: projeto gráfico de Priscila Cardoso

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008.

Roberto Cesar Silva de Azevedo

2009.1



Sobre a autora



Lilia Ferreira Lobo tem graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1960) , graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969) , especialização em Teoria e Prática dos Testes de percepção Temática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1965) , mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997) . Atualmente é Professora adjunta da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Psicologia , com ênfase em Psicologia Social. Atuando principalmente nos seguintes temas: genealogia, minorias, deficiências. Atualmente coordena a linha de pesquisa *Devir Criança: pesquisa de fontes para uma genealogia da criança anormal no Brasil (1900-1940)* – disponível em www.slabb.uff.br/devir1 –, de grande interesse para historiadores. Dentre os objetivos do projeto destaca-se a construção de bancos de dados e elaboração de textos sobre a construção histórica das práticas e saberes sobre as figuras das anormalidades infantis no Brasil no início do século XX.

Sobre o livro



Livro se concentra na análise dos processos de dominação, disciplinarização e controle dos *invisíveis da história*. Segundo a autora, as *frágeis existências* dessas *vidas cinzentas*, mesmo falando pouco por si mesmas, *revelam muito do seu tempo*. Entre os que *do fundo de sua obscuridade tomaram uma parte da história* encontramos os que *viveram como aleijados, paralíticos, deformados, doentes, mentecaptos, alienados ou débeis mentais, cegos surdos-mudos, enfim, os que foram considerados inválidos e incapazes de toda espécie*. Contudo, a autora destaca a relevância de se contar estas histórias uma vez que elas *farão saltar para primeiro plano o contexto no qual surgiram, porque não são nem mais nem menos representativas dele – são-lhe inerentes*.

Paratexto

Na orelha do livro, assinada pela professora Cecília Coimbra, a paciência e a meticulosidade são destacadas como fundamentais para nos fazer conhecer as experiências, até então silenciadas, dos *corpos cativos e assujeitados*. Segundo Coimbra, a viagem pela história da *deficiência* no Brasil não se preocupa em traçar um roteiro evolutivo ou, ainda, em *desvelar uma identidade primeira na qual estaria o lugar da verdade*. Para a professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, o trabalho é relevante, ou antes, *indispensável*, para os interessados no processo de *produção dos pobres, escravos e deficientes no Brasil*. O convite à viagem pelo tempo feita por Lobo também é destacada por Magali Engel num breve prefácio. A historiadora registra a *agilidade e rapidez* com a qual Lobo *passeia* em cada um dos capítulos. A metodologia foucaultiana, segundo Engel, é utilizada para *desnaturalizar as marcas dos corpos deficientes*, constantemente submetidos à *dominação e disciplinarização*. No caderno de imagens, tanto os *corpos deficientes* quanto os métodos das instituições de dominação e disciplinarização são destacados, num conjunto que vai desde gravuras de *monstros e monstregos* que habitavam o Brasil durante os primeiros anos de colonização, até as instituições dedicadas ao amparo/controlado dos *degenerados* no início do século XX, passando também por anões semi-nus perfilados posando constrangidos para objetivas de laboratórios eugênicos. A 4ª capa reproduz o primeiro parágrafo da “Apresentação”.

Tese central



*Estas vidas, por que não ir escutá-las lá onde falam por si próprias? A pergunta que Foucault nos faz em seu livro *O que é o autor?* (e que serve de epígrafe da “Apresentação” dos *Infames...*) representa bem o movimento feito por Lobo em seu livro. Nele as deficiências são tomadas em sua historicidade, *nenhuma teleologia com suas vedades-fim orienta a pesquisa empreendida*. Encontramos no texto o esforço em desnaturalizar a deficiência, sendo esta tomada como algo que existe a partir de *uma prática que a objetivou e de um discurso que a nomeou* (p.21). Contudo há uma atenção para uma importante ressalva: “*A matéria da deficiência existe realmente, o que não quer dizer que seja a própria deficiência*”(p.21-22). Com essa advertência e compreendendo a história como *produtora de sentido*, Lobo destaca as discontinuidades que definem os *diferentes modos de objetivação do sujeito* passível de identificação como deficiente. Uma temporalidade inscrita no período de um século (1830-1930) é justificada pela metodologia adotada. Como os contextos institucionais eram definidos pelo confronto com acontecimentos anteriores, as fronteiras da investigação sofreram um recuo. Outra escolha da autora definiu o recuo: a tentativa de compreender as *marcas deixadas no corpo social* (p.24) pelos 350 anos de escravidão e as influências destas na construção dos *eixos de formação dos padrões de normalidade* (p.25).*

Cap. I – MONSTROS E DEGENERADOS



1- A TERRA DESCOBERTA: MONSTROS, MARAVILHAS E SEU AVESSO – se constituindo, durante muito tempo, como o *depositário de todos os sonhos* (p.27) e utopias medievais, o Índico representava o *caminho do exotismo*, no qual habitavam *monstros fabulosos* criados a partir de relatos que *sempre misturavam descrições do que presenciavam e maravilhas que ouviam dizer* (p.28). A vertigem da curiosidade que tomava o homem renascentista fez com que o “ouvir dizer” medieval fosse perdendo as forças. Contudo, as descrições sobre o novo mundo recém descoberto no meio do Atlântico continham ainda uma *certa dose de mistério*. Tanto a literatura espanhola, quanto a portuguesa (mesmo esta não sendo tão farta de sonhos), identificavam nas novas terras uma *zoologia fantástica* na qual *seres intermediários entre homens e animais, dragões, áspides* habitavam um mundo, ora edênico e inocente, ora monstruoso e perverso. Para a autora, o que aos nossos olhos pode ser entendido como uma confusa e inverossímil narrativa é plenamente legítima e compreensível num ambiente mental que, segundo Foucault em *As palavras e as coisas*, não estabelecia distinções entre observação, documento e fábula. Isso se dava não por uma hesitação da ciência frente a uma *tradição ingênua*, mas sim devido à idéia de que os signos faziam parte das coisas, não modos de representação, o que ocorreria apenas no século XVII.



2 – O ÍNDIO: MONSTRO CANIBAL – num mundo de zoologia fantástica, os índios, mesmo não tendo uma *humanidade fisicamente monstruosa* (p.32), tendo, inclusive, Montaigne (em seu ensaio *Dos Canibais*) elogiado a saúde daqueles que não tem entre si nenhum *epilético, remeloso, desdentado, ou curvado pela idade*, tinham, antes, sua monstruosidade caracterizada no comportamento que ia do canibalismo ao incesto; da poligamia ao erotismo. Os relatos *propunham marcar a diferença de seus costumes com os civilizados* (p.33). Dessa forma, alguns costumes indígenas foram considerados superiores (o que veio a embasar a construção da imagem do bom selvagem), o que não foi suficiente para diminuir o horror provocado por certas práticas. A semi-humanidade dos comportamentos indígenas era evidenciada pela impossibilidade, segundo Pedro de Magalhães Gandavo em seu *Tratado da Terra do Brasil; História da província de Santa Cruz*, de 1576, destes pronunciarem os fonemas das letras F, L e R. Para o cronista português isso seria coisa *digna de espanto*, uma vez que não teriam os indígenas ordem alguma por não conhecerem nem a Fé, nem a Lei, nem o Rei. Outros hábitos, como o das mães darem o peito para crianças até a idade de sete ou oito anos, comerem terra (forma de suicídio para se livrarem do trabalho compulsório) ou, ainda, a *falta de cobiça*, contribuíram para despertar a estranheza dos europeus. Contudo, o que causava maior horror eram as histórias de canibalismo, *consideradas [...] provas incontestes da monstruosidade dos índios* (p.38)



3— MONSTROS: DO MUNDO DAS SIMILITUDES AO DAS REPRESENTAÇÕES – os monstros do século XVI ainda eram criados a partir de uma *herança medieval* (p.38), eram tidos como causa da glória ou da ira de Deus. Nesse sentido, os monstros trariam sempre os sinais divinos. Para a autora, o mundo pautado na similitude, *demandaria uma exegese das semelhanças* e, citando Foucault, conclui que *o mundo do similar não pode deixar de ser um mundo marcado*. Esse mundo pode ser marcado por um *simulacro derrisório da criação divina*, feito pelo mau servidor de Deus e enganador dos homens: o Diabo. Nesse período os monstros são classificados em individuais ou espécies monstruosas. As espécies monstruosas são criações divinas intermediárias que definem a harmonia entre as coisas: entre a pedra e a areia, a argila; entre a planta e a pedra, o coral; entre o peixe e a mulher, a sereia, e assim por diante. Os monstros individuais, ao contrário, eram *tidos como casos raros e isolados* (p.41). Nesse sentido, e desde meados do XVII, temos no século XVIII *uma mudança das regras do saber (episteme) do campo das similitudes para os campos das representações* (p.41). O monstro deixa de ser um intermediário e se torna uma ruptura. A partir da análise foucaultiana acerca da linguagem, Lobo reconhece a mudança desta que perde sua função significante deslocando-se para o conhecimento.



4 – A BIOLOGIA DOS MONSTROS: DEGENERESCENCIA DA ESPÉCIE – talvez mais intolerante com os monstros, a ciência do século XIX *passou a desconfiar dos acertos da natureza* (p.45). As *novas regras de pensar* naturalizam os monstros, a teratologia proporá uma explicação científica. Nesse sentido, a *hereditariedade passou a servir de fundamento para a ordem social* (p.45). O estudo dos monstros individuais não serve mais para essa episteme que privilegia a monstruosidade em suas regras semelhantes. São considerados *defeitos de fabricação* congênitos que determinarão a anomalia. O câmbio no paradigma científico é percebido assim pelo filósofo francês Georges Canguilhem: “Não há exceções nas leis da natureza, há exceções nas leis dos naturalistas”. O advento técnico das pesquisas de Camille Daresté, focadas na embriogênese, é destacado como um marco dessa nova argumentação científica. Lobo observa que se *a Idade Média e o Renascimento inventaram monstros nas artes, nas descrições e nos relatos dos viajantes, o século XIX passou a fabricá-los em carne e osso* (p.46): nascia a teratogenia. Os estudos de Daresté sustentaram a teoria mutacionista na qual se propõe *transformações bruscas das espécies*, tese distinta das defendidas por Lamarck e Darwin, que acreditavam em mudanças lentas e imperceptíveis. A teoria mutacionista de Daresté balbucia em esquemas explicativos baseados na herança dos caracteres monstruosos adquiridos podendo estes ser transmitidos para os descendentes. Contudo, somente no início do século XX a noção da hereditariedade se consolidaria – quando a genética ganha estatuto de ciência.



4.1 – HEREDITARIEDADE E MONSTRUOSIDADE – se o pensamento médico científico, além de especular acerca da hereditariedade da monstruosidade, não a relacionava a pressupostos morais, distinto será o lastro classificatório tomado pelos médicos brasileiros. Nesse sentido, as influências morais serão entendidas como as grandes responsáveis pela monstruosidade. Não haveria a *discussão quanto à herança dos caracteres*, antes observa-se a existência, ou não, de moralidade no instante da fecundação. Nesse sentido, os *deboches*, a *embriaguez*, a depressão e até mesmo maus pensamentos, seriam vetores de características teratológicas. O destino da prole dependeria *do estado atual dos genitores*, incluindo o da mãe durante a gestação. Entretanto, não eram apenas descuidos morais que poderiam deixar um *legado fatal* para as gerações seguintes. A consanguinidade e a miscigenação também poderiam provocar desvios, e os *produtos privilegiados desses dois tipos de mistura de sangue foram, além dos loucos e epiléticos, os surdos-mudos, os idiotas e os deformados, todos portadores em algum lugar do corpo de um estigma de degenerescência* (p.52).

4.2 – MOREL E A DEGENERESCÊNCIA DA ESPÉCIE – o trabalho de Bénédicte Auguste Morel, *Tratado de degenerescência*, de 1857, contribuiu pra que se considerasse a degeneração como desvio contagioso do processo hereditário se convertesse no principal argumento para justificar a inferioridade racial de determinados grupos sociais. Esse argumento é acrescido dos fatores morais que determinariam a *herança mórbida*:



5 – ESPELHOS DA ALMA: OS ESTIGMAS DA DEGENERESCÊNCIA – uma das questões postas para os médicos era estabelecer entre os degenerados, os passíveis de regeneração e os incuráveis. Isto posto, era preciso, então, identificar os degenerados. Nesse sentido, a frenologia de Gall teve grande participação no estabelecimento de tipos de estigmas e, conseqüentemente, de degenerados. No final do XIX e início do XX a frenologia passou a estabelecer uma correlação entre os estigmas e a delinqüência. Os estudos de Gall ganham novos instrumentos no diálogo com o modelo proposto por Lombroso.

6 – O IDIOTA: MONSTRO COMPLETO – com o refino das categoria de degenerados são estabelecidos diferentes graus do que se chamava *retardo*. Nesse sentido, a idiotia era *definitiva e incurável*. Além disso era ela marcada pela instabilidade causada ao doente que variava *da mais completa passividade à atividade socialmente perigosa* (p.65). Essa instabilidade determinará o imbecil como um elemento de desordem e periculosidade urbana.



7 – SURDO-MUDO: FORMA TERATOLÓGICA PARCIAL – comparado ao imbecil, o surdo-mudo era considerado o *quadro mais grave de degenerescência e atraso mental*. Sofrendo de um *embrutecimento pela falta da linguagem*, ele, segundo Pinheiro Guimarães, mesmo não chegando a ser um monstro na acepção rigorosa do termo, se encaixava na *categoria de forma teratológica abreviada parcial* (p.68).

8 – MONSTROS FAMOSOS DAS FEIRAS, MONSTROS INFAMES DA CIÊNCIA – antes de serem *capturados pela medicina*, era comum ver indivíduos acometidos por anomalias em apresentações nos circos, nas feiras, nos parques. O que se considera hoje uma exploração esdrúxula de bizarras humanas era considerado nos primeiros anos do século XIX uma ingênua e popular distração dominical. Nesse sentido, até mesmo hospitais como o Bicêtre e o Bethlehem organizavam passeios por suas instalações para que os visitantes pudessem assistir ao espetáculo da loucura. É não era só por entre os muros dos hospitais que os homens da ciência compactuavam com esses eventos. Eles também assinavam laudos confirmando as anomalias dos *monstros* que se exibiam nas feiras e circos. A partir da segunda metade do século XIX, e posteriormente com o surgimento do movimento eugênico, o caráter espetacular dos *exemplos monstruosos* foi perdendo força, dando lugar à necessidade destes se submeterem ao saber médico.

Cap. II – OS TRIBUNAIS: INQUISIÇÃO E EUGENIA



A autora estabelece uma analogia entre a os tribunais inquisitoriais e a eugenia, que seria um tribunal contra a degeneração da raça. O sonho eugênico pretendeu estender sua potência para o controle estrito das populações, pelo julgamento das uniões e das procriações. Saindo do âmbito estrito das instituições médicas, a eugenia visava *imiscuir-se na vida da população urbana, penetrando primeiro nas famílias e depois nas escolas, espalhando-se por toda a sociedade* (p.78). Dentre os mecanismos de controle utilizados pelo *tribunal eugênico*, podemos destacar a esterilização dos degenerados. As medidas profiláticas de prevenção e educação eugênica tiveram, no Brasil, uma instituição que as sistematizavam, a Liga Brasileira de Higiene Mental. Com a clara intenção de reformar a sociedade a liga concentrava esforços no aperfeiçoamento da assistência aos doentes.

Cap. III – CORPO CATIVO E CORPO ASSUJEITADO: AS MARCAS DA DEFICIÊNCIA



Nesse capítulo a autora privilegia a história dos saberes e poderes sobre o corpo, que vai da passagem da descartabilidade do escravo, natural do trabalho e domesticado pelo castigo, ao corpo assujeitado do operário burguês, disciplinado para a eficiência e punido em sua recusa, que caracterizaria *o fardo social da incapacidade*. Entre os diversos focos sublinhados nesse capítulo, o período da emergência da noção de raça e do racismo científico é considerado por Lobo como sendo de grande contribuição para produzir, no Brasil, a legitimação necessária para o regime escravista. Posteriormente, já no final do século XIX e início do século XX, vultos como Nina Rodrigues e Henrique Roxo defenderão teses nas quais a miscigenação, a consangüinidade e o embranquecimento se alternavam como saídas *dignas para a sociedade*. No que se refere à passagem da ordem do capitalismo escravista para o burguês, Lobo destaca os esforços em se produzir um *sujeito do trabalho* e em *limpar o trabalho da conotação aviltante da escravidão* (p.230). O processo de formação de uma massa trabalhadora, cada vez mais operária, teve como lastro alguns preceitos médicos científicos. Será com a medicina social que discursos de orientação ao trabalhador adquirirão dispositivos de racionalização e controle mais refinados.

Cap. IV – A EXCLUSÃO COLONIAL



O início da colonização portuguesa na América se caracterizou pela definição desta como depósito dos *resíduos sociais* expulsos do Reino. Nessa fase, *quase ninguém em liberdade e sã consciência dispunha-se a emigrar* (p.245). A população que, rejeitada da Europa, aportava em terras da colônia tendiam a encarar a nova realidade a partir da *hipótese de que a regeneração poderia ocorrer com a mudança de vida que a nova terra sempre oferecia aos piores degredados* (p.246). Através da imagem de um *grande internato sem muros*, Lobo, citando o historiador inglês C. Boxer, adverte que *bem antes do uso dos grandes asilos para recolher essa massa de desvalidos e delinqüentes, estabelecimentos que mantinham funções mistas de prisão, albergue e hospital, o Brasil [...] era usado, então como depósito para indesejáveis* (p.252). Com o avançar do tempo, a crescente população de emigrados, passando a *desenvolver o gosto por esta terra* (p.248) experimentaram o agravamento dos problemas causados pelo número de pobres que se constituía na maior parte do total de habitantes. Nesse contexto, entraram em cena as, já conhecidas na Europa desde o medievo, práticas de caridade de origem religiosa que, ao mesmo tempo em que amparavam os ditos inválidos, funcionavam como mecanismo colonial de vigilância.



Com a necessidade de estabelecer ordem nos espaços urbanos nascentes começa a tomar forma o que Lobo irá chamar de *jogo complementar entre exclusão e inclusão* (p.260). Considera que seja praticamente impossível alguém, por mais socialmente *excluído* que esteja, não ter sido, colhido ao menos pelo olhar num fichário de hospício, abrigo, delegacia de polícia ou serviço de assistência; terá sempre parte da vida registrada, sujeita à classificação na ordem de um desvio qualquer, mesmo que nenhuma providência seja tomada para melhorar sua vida. Já no século XIX, restaria aos pobres, além das iniciativas de caridade, o controle repressivo da polícia e a filantropia, que no final do segundo reinado, começaram a se fazer dominantes. A questão da limpeza da cidade dizia respeito não só à desordem das ruas, mas aos focos das doenças, ambas oriundas da pobreza. Nessa perspectiva, já é possível notar a apropriação do corpo a ser corrigido pelo poder médico, ou seja, por uma administração que se pretendia técnica, neutra, e científica.

Cap. V – A INCLUSÃO INSTITUCIONAL



A formação dos processos de institucionalização, da *exclusão numa terra de degredo* recém descoberta às novas separações instituídas pelos saberes médico-pedagógicos e pelas práticas dos primeiros estabelecimentos especializados, que *puseram em cena*, por exemplo, a figura da criança anormal e acabaram por refinar classificações e tutelas sobre os que hoje são considerados *portadores de deficiência*. Tratando do final do século XIX e primeira metade do século XX, Lobo rastreia personagens infames em instituições como o Hospício Nacional de Alienados, a Colônia Juquery, o Instituto dos Surdos-Mudos, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. O capítulo investiga as relações entre saberes e poderes como a polícia e a medicina na detenção, identificação e recolhimento de pessoas passíveis de controle, incluindo as tidas como potencialmente perigosas.

RELEVANCIA PARA A PESQUISA



- Ao contar a trajetória de existências infames, o livro aponta para as variadas formas de formação de padrões de normalidade. Dessa forma, nos oferece rico subsídio metodológico para pensar a construção de sentidos da deficiência, e, no que nos interessa mais diretamente, da epilepsia.



- Ao trazer à luz, os infames, o livro traz consigo os saberes que os esquadriharam, controlaram e nomearam. Nesse sentido, o capítulo terceiro, que conta a história do corpo, e que vai da passagem da descartabilidade do escravo, natural do trabalho e domesticado pelo castigo, ao corpo assujeitado do operário burguês, disciplinado para a eficiência e sua contrafação: o fardo social da incapacidade, aponta para um dado de grande relevância para a pesquisa. Analisando a obra de Henrique Roxo [...]